

Multiner S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 08.935.054/0001-50

Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo: 1) Senhores acionistas, as demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. 2) As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: www.multiner.com.br/relacionamento-com-investidores/demonstracoes-financeiras/; www.cvm.gov.br e www.gazetasp.com.br São Paulo, 27 de março de 2024

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo/Circulante	1.972	1.829	576.195	433.070
Caixa e equivalentes de caixa	1.153	1.192	436.317	267.242
Contas a receber	-	-	70.159	81.786
Tributos a recuperar	310	158	12.558	28.299
Arrendamento	-	-	21.338	20.173
Estoques	-	-	25.147	22.291
Adiantamento a fornecedores	97	10	3.373	1.800
Outros créditos ativos	412	469	7.303	11.479
Não circulante	429.187	428.616	1.394.179	1.468.014
Tributos a recuperar	-	-	196	86.692
Arrendamento	-	-	44.376	65.720
Depósitos judiciais	5.167	5.181	5.452	8.622
Partes relacionadas	410.519	410.457	408.117	408.117
Outros créditos	2.314	2.837	2.314	2.837
Depósitos vinculados	794	794	138.098	121.684
Propriedade para investimento	3.385	3.534	3.385	3.534
Investimento	6.763	5.233	-	-
Imobilizado	223	371	622.395	677.303
Intangível	22	13	69.638	79.567
Ativo de direito de uso	-	-	13.712	16.049
Total ativo	431.159	430.445	1.970.374	1.901.084

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	-	-	253.228	207.503
Custo das vendas e dos serviços prestados	-	-	(188.150)	(179.293)
Resultado bruto	-	-	65.078	28.210
Receitas (despesas) operacionais	6.335	(3.438)	10.226	(3.754)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(148)	175	50.045	48.241
Resultado de equivalência patrimonial	230.889	67.193	(1)	(3)
Total receitas (despesas) operacionais	237.076	63.930	60.270	44.484
Resultado antes do resultado financeiro	237.076	63.930	125.348	72.694
Despesas financeiras	(7.297)	(7.994)	(112.724)	(197.350)
Receitas financeiras	148	165	229.300	196.998
Resultado financeiro, líquido	(7.149)	(7.829)	116.576	(352)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	229.927	56.101	241.924	72.342
contribuição social corrente	-	-	(30.485)	(21.630)
contribuição social diferido	-	-	3.687	3.687
Incentivos fiscais	-	-	21.888	4.878
Lucro líquido do exercício	229.927	56.101	237.014	59.277

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Acionistas controladores	229.927	56.101	229.927	56.101
Acionistas não controladores	-	-	7.087	3.176
Resultado por ação básico	-	-	-	-
Ação preferencial	0,01492	0,00364	0,01492	0,00364
Classes A e B	0,01642	0,00401	0,01642	0,00401
Ação preferencial - Classe C	0,01627	0,00397	0,01627	0,00397
Ação preferencial - Classe D	0,01612	0,00393	0,01612	0,00393

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Informações gerais e contexto operacional: A Multiner S.A. ("Multiner" ou "Companhia") é uma holding, constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto, categoria B, sediada na cidade de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 738, 15º andar, Bairro Itaim Bibi, e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista ou sócia atuante no segmento de energia elétrica. A estrutura acionária da Companhia, de forma consolidada, é formada por: (i) 72,22% de ações detidas pelo Multiner Fundo de Investimento em Participações Multiestrategia, gerido pelo Polo Capital Management e administrado pela Planner Corretora de Valores S.A., constituído sob a forma de condomínio fechado por entidades fechadas de previdência complementar (o "FIP Multiner"), 27,78% de ações detidas pela Brasilterm Energia S.A. e Bolognesi Energia S.A. (em conjunto com a Brasilterm Energia S.A., o "Grupo Bolognesi"). Estas são divididas em ações ordinárias e preferenciais da seguinte forma: (i) Ações Ordinárias: 51,91% detido pelo Grupo Bolognesi, 48,09% detido pelo FIP Multiner; e (ii) Ações Preferenciais: 99,99% detidas pelo FIP Multiner e 0,01% detidas pela Bolognesi Energia S.A. Atualmente, a Companhia participa em (i) usinas de geração de energia termoeletricitária a gás natural ("UTE") e (ii) usina de geração de energia elétrica de fonte eólica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Os investimentos da Companhia possuem 243,55 MWh de capacidade instalada em 31 de dezembro de 2023.

Relação dos ativos de geração de energia elétrica:

Controladas	Fonte	Situação	Autorização ANEEL	Prazo do PPA Início	Operação Comercial	Início da Operação Comercial
Rio Amazonas Energia S.A. ("RAESA") - UTE Cristiano Rocha	GNL	Em operação	Resolução nº 733	20/05/2005	20/05/2020	16/11/2006
New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO") - Parque Alegria I	Eólica	Em operação	Resolução nº 663	07/03/2005	25/12/2030	30/12/2010
New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO") - Parque Alegria II	Eólica	Em operação	Resolução nº 662	11/08/2004	30/08/2030	30/12/2011
Termelétrica Itapebi S.A. ("Itapebi")	Óleo	Outorga revogada em 10/07/2012	-	-	-	-
Termelétrica Monte Pascoal S.A. ("Monte Pascoal")	Óleo	Outorga revogada em 10/07/2012	-	-	-	-
Termelétrica Pernambuco IV S.A. ("Pernambuco IV")	Óleo	Outorga revogada em 24/04/2012	-	-	-	-
Termelétrica Termopower V S.A. ("Termopower V")	Óleo	Outorga revogada em 13/09/2012	-	-	-	-
Termelétrica Termopower VI S.A. ("Termopower VI")	Óleo	Outorga revogada em 13/09/2012	-	-	-	-

1.1 Contrato de Reorganização e Procedimento Arbitral: Em 28 de março de 2012, o Grupo Bolognesi firmou o contrato de compra e venda de ações da Multiner, passando a deter a maioria das ações ordinárias, e na mesma data celebrou com o FIP Multiner e seus cotistas o Contrato de Reorganização e de Financiamento da Multiner S.A. (o "Contrato de Reorganização"). Em dezembro de 2017, foi instaurada arbitragem que visa equacionar as controvérsias societárias em virtude das obrigações previstas no Contrato de Reorganização entre os acionistas da Multiner S.A. (Brasilterm Energia e Bolognesi Energia, como Requerentes, e FIP Multiner e seus cotistas, como Requeridos), incluindo, mas não se limitando, ao pedido de inexigibilidade de certas dívidas assumidas pelos Requerentes. Em abril de 2022, houve sentença final definitiva, bem como a determinação de execução específica do Contrato de Reorganização, com obrigação de aporte por parte dos Requerentes, na forma prevista no Contrato de Reorganização. A sentença arbitral definitiva, que está sob sigilo, determina de maneira geral o cumprimento do Contrato de Reorganização, incluindo, mas não se limitando a, (i) a inexigibilidade de determinados créditos conversíveis (Cédulas Créditos Bancários) e dívidas (mútuos) entre a Companhia e algumas Partes relacionadas, até que haja a respectiva compensação entre si, seja por meio de conversão em capital ou outra forma ajustada entre as Partes, bem como (ii) a obrigação de aportes na Companhia pelo acionista Bolognesi e Brasilterm, dentre outros. Em agosto de 2022, as partes firmaram o "Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas" ("Termo de Compromisso") no qual as partes assumiram o compromisso recíproco de (i) não praticar, durante a vigência do referido instrumento, quaisquer atos, medidas judiciais, extrajudiciais ou arbitrais que visem a discutir ou exigir o cumprimento da Sentença Arbitral; e (ii) enviar seus melhores esforços para chegarem a um acordo definitivo, abrangendo as demandas ou disputas entre as partes. As partes ainda estão em tratativas para resolução através de acordo, o qual não possui um prazo para ser finalizado e em decorrência de trâmites burocráticos está demandando um tempo maior para sua conclusão. Estima-se que este seja finalizado no exercício de 2024. Diante da decisão arbitral proferida e do Termo de Compromisso, a Companhia reclassificou para exigível a longo prazo o montante de R\$ 391.284, conforme Nota Explicativa nº 1.2 e as obrigações contratuais financeiras relativas às debêntures e CCBs. Em Assembleia Geral de Costas, Mandado Judicial de Investimento em Participações ("FIP") iniciada em 07 de agosto de 2023 e encerrada em 19 de janeiro de 2024, aprovaram a celebração pelo FIP do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças com o Grupo Bolognesi, para fins de implementar o encerramento das relações societárias creditícias e de qualquer outra natureza estabelecidas entre o Grupo Bolognesi, de um lado, e o FIP, de outro, no âmbito do grupo Multiner e MESA. **1.2 Obrigações contratuais financeiras e não financeiras:** De acordo com o Termo de Compromisso, os saldos das obrigações contratuais financeiras e não financeiras, relativas às dívidas conversíveis e parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia e sua investida RAESA, foram reclassificados para o passivo não circulante, até a decisão final das negociações. Nos termos do primeiro aditivo ao Contrato de Reorganização, os credores Fundiária (debêntures Multiner) e Postais (CCBs NEO e RAESA) estão obrigados a votar favoravelmente à ratificação da presente decisão sucessivos adicionais até a efetiva capitalização indireta em crédito na Companhia e/ou na Mesa Participações S.A., controlada indireta da Bolognesi Energia S.A., controladora direta da Companhia. Tais credores também possuem obrigação de conversão de dívida em capital na Companhia e/ou na Mesa Participações S.A., mais ainda sujeito às negociações que estão em andamento. **1.3. Continuidade operacional:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo individual de R\$155.104 (31/12/2022 - R\$ 385.031) e consolidado de R\$166.967 (31/12/2022 - R\$403.981), decorrente, principalmente, dos prejuízos acumulados de R\$ 1.466.978 (31/12/2022 - R\$1.696.905), e capital circulante líquido negativo individual de R\$19.092 (31/12/2022 - R\$31.060) e consolidado de R\$477.428 (31/12/2022 - R\$645.328), em virtude, dentre outros motivos, da reclassificação de parcela do endividamento da Companhia e da dívida indireta RAESA para o passivo circulante, em razão de pendências relacionadas às dívidas, mais que não refletem em compromisso de caixa de curto prazo da Companhia e de suas controladas, devido a Companhia já estar em tratativas para regularização. O endividamento da Companhia é preponderantemente contratado com partes relacionadas, as quais negociam, por meio do Primeiro Aditivo ao Contrato de Reorganização, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1, a converter parcela significativa do endividamento das subsidiárias da Companhia em capital da Mesa Participações S.A. ou da própria Companhia, e alongar as amortizações para o longo prazo. A Administração da Companhia está atuando junto aos seus credores para realizar o repasseamento das dívidas, no intuito de equacionar a estrutura do endividamento da Companhia e suas controladas, mais cuja definição final envolve acionistas e credores. Essa situação indica a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Considerando que a expectativa da Administração é de que a reorganização financeira ocorrerá nos termos inicialmente pactuados conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1, a Companhia entende que manterá a continuidade das suas operações, uma vez que as subsidiárias operacionais possuem contratos firmados de compra e venda de energia elétrica de longo prazo, sendo assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional. **2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como normas contábeis IFRS (IFRS Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, propriedades para investimentos, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas a sua divulgação ao mercado pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2024 e apreciadas pelo Conselho Fiscal em 22 de março de 2024. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais. As informações foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. As transações

	Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)				Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)
	Capital social	Reservas de capital	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	855.834	(6)	465.801	78.115	-	(1.753.006)	(353.262)
Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 2.1)	-	-	-	-	-	(87.870)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	56.101	56.101
Saldos em 31 de dezembro de 2022	855.834	(6)	465.801	78.115	(87.870)	(1.696.905)	(385.031)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	855.834	(6)	465.801	78.115	(87.870)	(1.466.978)	(155.104)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas	2	(916)	347.426	308.979
Venda de energia	-	-	287.996	248.852
Outras receitas	2	19	45.708	45.964
Provisão para perda	-	-	(935)	13.722
Insumos adquiridos de terceiros	7.355	3.192	(101.049)	(98.009)
Serviços de terceiros	7.443	(25.396)	(63.749)	(66.500)
Materiais, energia e outros	1.565	(56)	(48.745)	(41.296)
Perda/recuperação valores ativos	(149)	158	9.232	2.341
Provisão para contingências	217	28.486	2.213	27.446
Lucro adicionado bruto	7.357	2.278	246.727	210.970
Retenções	(102)	(82)	(70.077)	(72.000)
Depreciação e amortização	(102)	(82)	(70.077)	(72.000)
Valor adicionado líquido produzido pela Entidade	7.255	2.194	176.300	138.970
Valor adicionado recebido em transferência	231.037	67.358	229.299	196.995
Resultado de equivalência patrimonial	230.889	67.193	(1)	(3)
Receitas financeiras	148	165	229.300	196.998
Valor adicionado a distribuir	238.292	69.552	405.599	335.965
Pessoal	637	4.496	13.620	19.585
Remuneração direta	(728)	(2.991)	5.385	11.803
FGTS	42	106	431	740
Benefícios	547	368	4.565	4.032
Honorários dos administradores	776	1.031	3.239	3.010
Tributos	328	728	32.537	47.472
Federais	311	701	20.933	29.511
Federais Diferido	-	-	(3.687)	(3.687)
Estaduais	-	-	15.246	21.548
Municipais	-	-	27	45
Remuneração de capitais de terceiros	7.400	8.227	122.428	209.631
Aluguéis	103	233	9.704	12.281
Despesas financeiras	7.297	7.994	112.724	197.350
Remuneração de capital próprios	229.927	56.101	237.014	59.277
Lucro líquido do exercício	229.927	56.101	229.927	56.101
Participação dos não controladores	-	-	7.087	3.176
Valor adicionado distribuído	238.292	69.552	405.599	335.965

Outros itens A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, resgatável junto ao próprio emissor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. O caixa e equivalentes de caixa da Companhia e suas controladas estão classificados como valor justo. c) **Estoques:** O estoque consiste, basicamente, em peças de reposição importadas para o maquinário de operação da controlada indireta RAESA e peças de reposição para os aerogeradores da controlada NEO e são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor. No valor de custo dos estoques de equivalência patrimonial controlado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação baseados na capacidade normal de produção. A Companhia revisa, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido dos estoques com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida, na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada quando: (i) tenham expirado a data de validade; ou (ii) materiais ou bens que não atendem à especificação. Essa classificação é feita pela Companhia juntamente com o apoio da equipe técnica de operações; d) **Investimentos:** As participações em empresas joint venture sofrem perda por redução ao valor recuperável somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. A soma da participação da Companhia nos resultados de uma coligada ou joint venture é apresentada na demonstração do resultado, representando o resultado após os tributos e as participações de não controladores nas controladas da coligada ou joint venture. As demonstrações financeiras da coligada ou joint venture são elaboradas para o mesmo período de divulgação. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis sejam alinhadas com as da Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento em sua coligada ou joint venture. A Companhia determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada ou joint venture sofreu perda por redução ao valor recuperável. Ao perder influência significativa sobre a coligada ou controle conjunto sobre a joint venture, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada ou joint venture, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado. e) **Imobilizado:** Os bens do ativo imobilizado são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relativos à aquisição ou construção dos ativos. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A taxa de depreciação dos itens do ativo imobilizado, mensurada no tempo de vida útil estimado pela Companhia e suas controladas. Quando partes significativas do seu ativo imobilizado são substituídas, as partes são reconhecidas ao seu valor imobilizado com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício. f) **Intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. g) **Propriedades para investimento:** Os saldos registrados ao custo no momento do reconhecimento inicial. Com base nos dados iniciais, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. g) **Propriedades para investimento:** Os saldos registrados ao custo no momento do reconhecimento inicial. Com base nos dados iniciais, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. g) **Propriedades para investimento:** Os saldos registrados ao custo no momento do reconhecimento inicial. Com base nos dados iniciais, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. g) **Propriedades para investimento:** Os saldos registrados ao custo no momento do reconhecimento inicial. Com base nos dados iniciais, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. g) **Propriedades para investimento:** Os saldos registrados ao custo no momento do reconhecimento inicial. Com base nos dados iniciais, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. g) **Propriedades para investimento:** Os saldos registrados ao custo no momento do reconhecimento inicial. Com base nos dados iniciais, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Ganhos e perdas resultantes da baixa de

→ continuação

Multiner S.A. - Companhia Aberta - CNPJ nº 08.935.054/0001-50

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dos no contrato de suprimento de energia que visa a não interrupção da disponibilidade das instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços. Receita de venda de energia renovável: O reconhecimento da receita oriunda da venda de energia renovável de fonte eólica da controlada NEO em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento de cada mês apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Tendo em vista que a controlada NEO está sujeita a montantes mínimos de geração, entende que há contraprestação variável e, por esta razão, constitui provisão pela não performance quando não atingida a geração mínima, calculada com base nas estimativas de geração anual e apresentada deduzindo da receita operacional líquida. q) Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada), em função de um evento passado, e que seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo a despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Provisões para demandas judiciais e outros: A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e outros para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis e a hierarquia das jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas, para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Provisão para perda de investimentos: A provisão para perda de investimentos é reconhecida com base no patrimônio líquido da investida para cobrir as perdas permanentes na realização do investimento. A provisão para perda de investimentos apresentada nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas refere-se ao resultado acumulado de perdas por equivalência patrimonial. r) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas. s) Classificação de ativos e passivos no circulante e não circulante: Um ativo ou passivo deverá ser registrado como circulante se é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, caso contrário será registrado como não circulante. 4.1 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e

consolidadas, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas são suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotam premissas derivadas da experiência e base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. ii) Arrendamento financeiro: O faturamento da Companhia junto à Amazona Energy, está sujeito contratualmente à atualização anual pela variação do IGP-M. Considerando-se que a norma contábil é silente em relação à atualização do saldo de arrendamento a receber quando o mesmo está sujeito à atualização monetária, a Administração da Companhia definiu pelo reconhecimento dessas variações contidas nas parcelas recebidas durante o ano, diretamente no resultado do exercício, como receita financeira, mantendo, dessa forma, o saldo de arrendamento a receber por seu valor original, acrescido dos juros de 5,73% a.a. em 2023, a alteração da taxa é decorrente da redução da alíquota de ICMS sobre a venda de energia a partir do mês de julho, e 5,76% a.a. em 2022 e deduzidos da parcela histórica dos valores recebidos durante o ano. iii) Provisão para demandas judiciais: A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e outros para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribu-

tais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas, para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. iv) Pressuposto da continuidade: A Administração avalia periodicamente a capacidade operacional da Companhia e de suas controladas e no que tange a situação apresentada de patrimônio líquido negativo, refere-se a prejuízos acumulados que vem sendo revertido e o capital circulante negativo é oriundo ao endividamento da Companhia e de suas controladas que é preponderante com partes relacionadas e está em tratativas com os acionistas para refinanciamento da dívida, conforme apresentado nas Notas Explicativas nº 1.1 e 1.3. As subsidiárias operacionais detêm contrato de venda de energia elétrica de longo prazo, sendo assim, garante receitas fixas suficientes para manter suas atividades. Portanto estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional. 4.2 Informação por segmento: A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração de energia elétrica, na condição de produtor independente, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Companhia possui atualmente um portfólio com 243,55 MW de capacidade instalada própria, distribuída em três usinas em operação, sendo uma termelétrica operada pela RAESA cuja receita principal é decorrente de contrato de arrendamento financeiro e duas eólicas operadas pela NEO. A Administração da Companhia, responsável por revisar regularmente as informações financeiras, de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da Companhia, utiliza informações por segmento para suas análises:

Table with 2 columns: Segmento (Termo, Fonte, etc.) and Descrição (Fonte, Fonte, etc.).

mentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, é exigido o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem impostos sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 5%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país. • Em maio de 2023, o IASB emitia alterações do escopo ao IAS 1 - "Tributos sobre o Lucro" para permitir isenção temporária na contabilização de promissoras diferidas decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada pela implementação do Pilar Dois da OCDE. No entanto, as entidades são requeridas a apresentar divulgações adicionais em suas demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, não havendo requisito de divulgação para períodos intermediários anteriores a 31 de dezembro de 2023. As alterações ao IAS 12 são aplicáveis imediatamente e retrospectivamente de acordo com a IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", incluindo a exigência de divulgar se a exceção foi aplicada e se os tributos sobre o lucro da entidade foram afetados em decorrência da implementação das regras do Pilar Dois. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia. 5.2 Novas normas e interpretações ainda não vigentes: Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisões de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2024 ou após, sendo: • Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26 (IAS 1)); • Alterações ao CPC 06 (IFRS 16) Passivo de Locação em uma operação de Sale and Leaseback; • Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 (IAS 7) e CPC 40 (IFRS 7). A Companhia e suas controladas estão avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não esperam efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor. 6. Eventos subsequentes: a) Em Assembleia Geral de Costas, Multiner Fundo de Investimento em Participações ("FIP") iniciou em 07 de agosto de 2023 e encerrada em 19 de janeiro de 2024, aprovaram a celebração pelo FIP para a elaboração do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças com o Grupo Bolognesi, para fins implementar o encerramento das relações societárias creditícias e de qualquer outra natureza estabelecidas entre o Grupo Bolognesi, de um lado, e o FIP, de outro, no âmbito do grupo Multiner e MESA. b) Malgrado a existência de propostas e negociação entre as partes para refinanciamento da dívida, a Fundação Celes de Seguridade Social ("CELOS"), moveu ação de execução de título extrajudicial em face da Multiner e da RAESA, processo nº 07/2043451-42.2023.8.19.0001, o qual foi distribuído junto a 14ª Vara Cível do Comarca do Rio de Janeiro, salientando que o valor de R\$ 46.409,43 já se encontrava reconhecido no passivo circulante.

Directoria: Tobias Reis Monteiro, Emílio F. Stipanich Spyer, Diretor de Relações com Investidores

Conselho de Administração: Rodrigo de Carvalho Pinto Bueno, Chiara Sonego Bolognesi Gargano, Carlos Alberto Zachert, Eduardo Badry Donni

Conselho Fiscal: Jefferson da Silva Barbosa, João Verner Jueneemann, Eduardo Georges Chehab, Paulo Euclides Bonzanini

Condomínio: Fábio Antônio Pereira, José Luiz Petrini, Titular, Lucas Alves Figueiras

Os membros do Conselho Fiscal da Multiner S.A., abaixo assinados, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, conforme previsto nos incisos II e VII, do artigo 163, da Lei 6.404/76, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, do Relatório Anual da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e levando em consideração os esclarecimentos prestados pela Administração e o relatório dos auditores independentes da PwC, opinam, por unanimidade e sem ressalvas, que os documentos acima mencionados estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

Conselho Fiscal: José Luiz Petrini

Conselho Fiscal: Eduardo Georges Chehab

Conselho Fiscal: Fábio Antônio Pereira

Conselho Fiscal: Jefferson da Silva Barbosa

Leilão Prefeitura de São Vicente JSP. Edital de Leilão de Veículos com seu Documento e Bens Diversos. 25 e 26 de Abril de 2024 às 10hs. www.loopleiloes.com.br

FRAZÃO EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leilão inscrito na JUCESP sob nº 836, com escritura Rao Hipóoteca, 1141 sala 66, Moca, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário ITAU UNIBANCO S/A.

FRAZÃO EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leilão inscrito na JUCESP sob nº 836, com escritura Rao Hipóoteca, 1141 sala 66, Moca, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário ITAU UNIBANCO S/A.

FRAZÃO EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leilão inscrito na JUCESP sob nº 836, com escritura Rao Hipóoteca, 1141 sala 66, Moca, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário ITAU UNIBANCO S/A.

FRAZÃO EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leilão inscrito na JUCESP sob nº 836, com escritura Rao Hipóoteca, 1141 sala 66, Moca, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário ITAU UNIBANCO S/A.

MEGAFALTO EDITAL DE LEILÃO DE CRIAÇÃO DOS EXECUTADOS ALESSANDRA APARECIDA DOS SANTOS, inscrita no CPF/MF sob nº 0205.166.516-08, e DO LUCAS FIGUEIREDO ALVES DA SILVA, inscrita no CPF/MF sob nº 0205.166.516-08.

HISA EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO EXTRAJUDICIAL | QUARTA TEIA. O leilão será realizado 17 de Abril de 2024 às 14:00, no site www.hisaleiloes.com.br. Leiloeira Oficial: Tatiana Hissa Satto - Jucesp 817.

8ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro, Comarca de São Paulo - SP. EDITAL DE 1ª e 2ª LEILÕES PÚBLICOS EXTRAJUDICIAIS E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - ONLINE E PRESENCIAL.

SATO EDITAL DE LEILÃO DE SILO CASP F C 20-01-60 AVÍCOLA. Comilente vendedor: HDI Seguros - CNPJ sob nº 29.980.158/0001-57. O leilão será realizado 19 de abril de 2024 às 14:00.

HISA EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO EXTRAJUDICIAL | Comitente vendedor: KBM ELETRÔNICOS. O leilão será realizado 18 de abril de 2024 às 11:00, no site www.hisaleiloes.com.br.

SATO LEILÃO DE VEÍCULOS RECUPERADOS DE FINANCIAMENTO. 16 de abril de 2024 a partir das 14h - Leilão Online | Lances: www.satoileiloes.com.br

SATO EDITAL DE LEILÃO DE CHAPAS DE QUARTZITO. Comilente vendedor: HDI Seguros - CNPJ sob nº 29.980.158/0001-57. O leilão será realizado 17 de abril de 2024 às 10:00.

WWW.LOOPBRASIL.COM LEILÃO Web Frotas. Dia 15/04/2024 às 13h. DX2991 - EB7092 - DT6714 - DT9551 - DT9550 - DT26860

MARCA/MODELO: RENAULT | KWID ZEN 10MT - ANOM/DM: 2019/2020 - PÁTIO: SUZANO TOYOTA | COROLLA GIL FLEX - ANOM/DM: 2011/2012 - PÁTIO: SUZANO RENAULT | FLUENCE PR20A - ANOM/DM: 2013/2014 - PÁTIO: SUZANO HONDA | AZERA 3.3 V6 - ANOM/DM: 2010/2011 - PÁTIO: SUZANO FIAT | PALIO FIRE ECONOMY - ANOM/DM: 2010/2011 - PÁTIO: SUZANO RENAULT | LOGAN AUT 1016V - ANOM/DM: 2008/2009

WWW.LOOPBRASIL.COM LEILÃO Web Frotas. Dia 15/04/2024 às 13h. DX2991 - EB7092 - DT6714 - DT9551 - DT9550 - DT26860

LEILÃO DE VEÍCULOS ONLINE NESTA TERÇA-FEIRA, 16/04/24 às 10h00. 99 VEÍCULOS: COLISÃO, ROUBO/FURTO e VEÍCULOS EM FINAL DE VIDA ÚTIL. Local do Leilão: Av. Domingos de Moraes Marques, 505 - Vl. Jaguará - São Paulo - SP. Chassi com DIRETO A DOCUMENTAÇÃO: 93YRBB00L0J86427 9RBRLE426C4703284 LVMD612B7CD033483 8A1LZBW3TE194427 KMHFC41DBBA529224 9BD171061B5680984 93YLSRFR0HJ02966 9C2KC2200K7007009

AGORA VOCÊ COMPRAR SEU VEÍCULO DA MELHOR FORMA PARA O SEU NEGÓCIO: COM O CONFORTO DO LEILÃO ONLINE. ACESSAR WWW.COPART.COM.BR, CADASTRE-SE E SEU LANCE. BOA SORTE! Local do Leilão: Av. Domingos de Moraes Marques, 505 - Vl. Jaguará - São Paulo - SP. André Cencin, Leiloeiro Oficial JUCESP 1143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo em circulação em bancas de jornais e revistas. AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site https://fip.gazetasp.com.br